

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC - Administração Regional no Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito privado, Entidade de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, serviço social autônomo vinculado ao sistema sindical como disposto no artigo 240, da Constituição Federal/88, criado e organizado pela CNC-Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo sob autorização do Decreto-Lei nº 9.853, de 13.set.1946 e administrado consoante seu Regulamento, editado pelo Decreto nº 61.836, de 5.dez.1967, com ato constitutivo registrado sob o nº 2.716, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do Rio de Janeiro, RJ, por intermédio da Comissão de Licitação designada pela Portaria **Sesc/DR nº 1169/2025**, torna pública a realização de licitação, modalidade **Concorrência, tipo Menor Preço** de acordo com os critérios de aceitabilidade contidos neste instrumento convocatório, regida pela Resolução Sesc n.º 1.593/2024; pelas disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

1. DATA E LOCAL DA REUNIÃO

1.1 A reunião para o recebimento das propostas comerciais e documentos de habilitação **será realizada às 09:00 (nove) horas do dia 01/07/2026**, na Sede Administrativa do SESC Tocantins, sito na Quadra 301 norte, Avenida Teotônio Segurado, conjunto 01, lote 19, Palmas/TO.

2. OBJETO

2.1 O presente Edital tem por objeto, a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Táxi Aéreo (TPX), devidamente homologada e autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para disponibilização de 01 (um) jato executivo de porte médio, modelo Cessna Citation Excel ou equivalente técnico superior, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, destinado à realização de transporte aéreo não regular de passageiros, visando atender às demandas institucionais do Sesc Tocantins.

2.2 A prestação dos serviços compreenderá os seguintes trechos:

a) Rio de Janeiro/RJ (Aeroporto Santos Dumont – SBRJ) → Palmas/TO (Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues – SBPJ), com embarque previsto para o dia 12 de setembro de 2026;

b) Palmas/TO (Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues – SBPJ) → Rio de Janeiro/RJ (Aeroporto Santos Dumont – SBRJ), com embarque previsto para o dia 13 de setembro de 2026.

2.3 A CONTRATADA deverá garantir a chegada dos passageiros em Palmas/TO em horário compreendido entre 10h e 13h do dia 12 de setembro de 2026, de modo a assegurar o pleno atendimento da programação institucional do evento "Celebra 80 Anos". Para o retorno, deverá disponibilizar a aeronave para embarque em horário compreendido entre 9h e 12h, conforme cronograma previamente definido pelo CONTRATANTE. Eventuais alterações de horários somente poderão ocorrer mediante autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, sem comprometimento das atividades programadas.

2.4 A contratação compreenderá todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo aeronave, tripulação, combustível, taxas aeroportuárias, tarifas de navegação aérea, seguros

obrigatórios, pernoite, deslocamentos e demais despesas operacionais necessárias ao cumprimento do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratação ocorrerá conforme as disposições estabelecidas pela Resolução nº 1.593/2024, que regula as Licitações e Contratos do Sesc, ou seja, não é regido pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não se aplicam ao presente certame as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, que trata do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

2 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Os interessados em participar desta licitação deverão apresentar à Comissão de Licitação a documentação necessária para habilitação prévia, bem como a proposta comercial, devidamente organizadas em dois envelopes distintos, lacrados e identificados da seguinte forma:

- a) **ENVELOPE Nº 1:** "Concorrência Menor Preço Global SESC N.º 00002-26-CC DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", contendo a data e horário da reunião, o nome empresarial completo do licitante, CNPJ, endereço, e-mail.
- b) **ENVELOPE Nº 2:** "Concorrência Menor Preço Global SESC N.º 00002-26-CC PROPOSTA COMERCIAL", contendo a data e horário da reunião, o nome empresarial completo do licitante, CNPJ, endereço, e-mail.

2.2 Deverão ser apresentados em envelopes distintos conforme alíneas "a" e "b" do subitem 4.1, a inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes ou ainda a falta de algum envelope, poderá acarretar a eliminação do licitante.

2.3 Somente poderão participar desta Licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, estejam legalmente estabelecidas no País, que apresentem toda a documentação exigida, além de atender às demais exigências constantes deste edital e seus anexos.

2.4 Somente poderão participar empresas devidamente certificadas, homologadas e autorizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para a prestação de serviços de transporte aéreo não regular de passageiros (Táxi Aéreo – TPX), nos termos da regulamentação vigente.

2.5 É condição obrigatória a comprovação de que a empresa possui Certificado de Operador Aéreo (COA) válido, emitido pela ANAC, compatível com a operação de aeronaves executivas de transporte de passageiros.

2.6 A empresa deverá comprovar capacidade operacional para disponibilização de aeronave do tipo jato executivo de porte médio, modelo Cessna Citation Excel ou equivalente técnico superior, com capacidade mínima de 07 (sete) passageiros, em conformidade com as especificações do objeto.

3.6.1 - A empresa a ser contratada deverá garantir a disponibilidade da aeronave ofertada ou de aeronave equivalente superior durante toda a vigência contratual, assegurando a continuidade da prestação do serviço, inclusive em casos de substituição operacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação na presente licitação implica em aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou específicas pertinentes ao seu objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os licitantes serão responsáveis por todos os custos relacionados à elaboração e apresentação de suas propostas, bem como à entrega da documentação exigida.

3 IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s) que:

- a) Estejam sob decretação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (lei 11.101/2005), e suas alterações dissolução ou liquidação".
- b) Tenham participação na autoria do projeto;
- c) Que possuam o mesmo Responsável Técnico;
- d) Empresas que detenham em seus quadros societários dirigentes, empregados, membros, efetivos e suplentes, do SESC, do SENAC, e/ou da FECOMÉRCIO ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Presidente, ou dos membros, efetivos e suplentes, dos conselhos nacional, fiscal ou dos conselhos regionais dessas entidades, bem como com dirigentes de entidades sindicais ou civis, do comércio, patronais ou de empregados. (Acórdão 2007, de 2022, do TCU);
- e) Que tenham sido declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 1280/2018 – Plenário);
- f) Empresas cumprindo penalidade de suspensão de Licitar e/ou Contratar com o Sesc/TO e/ou com o Senac/TO; e
- g) Em processo de falência, dissolução, liquidação ou sob concurso de credores.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa que estiver em processo de recuperação judicial poderá participar deste certame desde que, apresente juntamente com sua documentação relativa à qualificação econômico-financeira, certidão emitida pela instância judicial competente que, certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

4 DOS QUESTIONAMENTOS AO EDITAL

4.1 Qualquer questionamento, eventuais dúvidas de interpretação do Edital e seus anexos, ou sugestão visando à sua melhoria, deverá ser encaminhado por escrito até às **23h59 do dia 26/06/2026**, ou seja, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data fixada para o recebimento dos envelopes

4.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e proposta, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

4.3 O questionamento deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, em documento original, datado e assinado pelo endereço eletrônico - **e-mail: licitacoes@sescto.com.br**.

4.4 Em caso de envio de questionamento por meio físico, o documento deverá ser protocolado junto à Comissão até o prazo estabelecido no subitem 5.1 deste Edital, **impreterivelmente até às 17h30min (horário local)**.

4.5 A falta de manifestação motivada das proponentes, bem como a não apresentação de memoriais fundados naquelas razões, ou documentos que instruem o questionamento, no prazo previsto, importará na decadência do direito de recurso.

4.6 Sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das Propostas.

4.7 Os questionamentos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

4.8 Os questionamentos, julgamentos e respostas serão disponibilizadas no site oficial <https://www.sescto.com.br/licitacao>.

5 DO CREDENCIAMENTO

5.1 Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

5.1.1 **Cópia do respectivo ato constitutivo, contrato social ou estatuto);**

5.1.2 **Sócios proprietários ou dirigentes** – no respectivo ato constitutivo, contrato social ou estatuto) no qual sejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações pela empresa. Deverá ser apresentado documento de identificação (válido em todo território nacional).

5.1.3 **Procuradores** – procuração, pública ou particular ou Carta de Credenciamento, que comprove a outorga de poderes, para praticar todos os atos, em nome do licitante. **No caso da procuração particular ou carta de credenciamento, deverá ter firma reconhecida em cartório, (ou cópia autenticada), ou assinatura eletrônica/digital com validade jurídica.** Deverá ser apresentado documento de identificação do outorgado (válido em todo o território nacional).

5.1.4 Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e **NÃO DEVEM** ser colocados dentro de nenhum dos envelopes.

5.1.5 O credenciamento encerra com a leitura da Ata de Reunião com as respectivas empresas e seus representantes, que apresentaram documentos para tal ato.

5.1.6 Após a leitura não será permitido recebimento de nenhum envelope de habilitação e proposta.

5.1.7 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto ao Sesc, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

5.1.8 A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento acarretará o não reconhecimento do representante, ficando o mesmo impedido de opinar no andamento licitatório, embora não seja negado à firma o direito de participar da licitação.

6 ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 Será realizada a abertura dos envelopes de habilitação e propostas na data, horário e local definidos no item 1 deste Edital.

6.1.1 É desejável a presença de representante da licitante na sessão de abertura dos envelopes. Porém, o Licitante que não puder comparecer, poderá entregar antecipadamente os envelopes no Setor de Licitações do Sesc/TO e aceitará tacitamente as decisões da Comissão de Licitação.

6.1.2 A entrega da Proposta Comercial e da Documentação de Habilitação, por correio ou transportadora, é de exclusiva responsabilidade do remetente e transportador. O Sesc não se responsabiliza pelo atraso ou extravio no transporte de qualquer proposta comercial ou documentação de habilitação encaminhada.

6.2 Documentos de habilitação:

6.2.1 Após fase de credenciamento, os envelopes identificados como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” serão abertos. A documentação será analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes credenciados.

6.2.2 Os envelopes lacrados contendo as “PROPOSTAS COMERCIAIS” serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes, permanecendo lacrados até a fase de abertura apropriada.

6.2.3 A CPL fará a análise dos documentos e a comunicação do resultado da fase de habilitação.

6.2.4 Caso a comissão de licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos de habilitação. Neste caso, todos os invólucros lacrados, contendo propostas, serão colocados em um único envelope, que será lacrado e rubricado pelos licitantes e pelos membros da Comissão, ficando em poder desta até que seja decidida a habilitação.

6.2.5 Após o encerramento da reunião, leitura e aprovação da ata, será coletada a assinatura da CPL e dos licitantes credenciados presentes.

6.2.6 Caso não seja possível cumprir o previsto no subitem 7.2.4, a comunicação do resultado da análise da documentação de habilitação, bem como a convocação para a reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL”, será realizada por meio de **comunicado oficial enviado por e-mail** e publicado no **sítio eletrônico oficial do Sesc/TO**: <https://www.sescto.com.br/licitacao>.

6.2.7 A comissão de licitação, se julgar conveniente, poderá inverter o procedimento, abrindo primeiramente os envelopes que contém as propostas, classificando-as e, só então, abrir o envelope de habilitação do licitante com a proposta classificada em primeiro lugar.

6.3 Proposta Comercial:

6.3.1 Abertura dos envelopes identificados como “PROPOSTA COMERCIAL” dos licitantes, sendo as propostas analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das empresas presentes.

6.3.2 Análise das propostas comerciais pela Comissão de Licitação, para fins de verificação de conformidade com este instrumento convocatório e seus anexos, e julgamento conforme item 11.

6.3.3 Comunicação do resultado do julgamento das propostas comerciais;

6.3.4 Após o encerramento da reunião, leitura e aprovação da ata, será coletada a assinatura da CPL e dos licitantes credenciados presentes.

6.3.5 Caso não seja possível concluir a análise das propostas na sessão pública, a comunicação do resultado da licitação será feita por e-mail e publicação no sítio eletrônico oficial do Sesc/TO: <https://www.sescto.com.br/licitacao>.

6.4 O não comparecimento do representante da empresa licitante às reuniões de abertura de envelopes, não invalida a sua participação, porém resulta em anuência tácita com as decisões tomadas pela comissão de licitação, registradas em ata.

7 HABILITAÇÃO

7.1 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar todos os documentos indicados nos itens a seguir, compreendendo a comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

7.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1 Cópia dos seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade, (válida em todo território nacional);
- b) Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, e suas últimas alterações, devidamente registrado, onde deverá estar indicado ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.
- d) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

Observações:

- 1) Em se tratando de sociedade por ações, o ato constitutivo deverá ser acompanhado de documentação da eleição de seus administradores.
- 2) Tratando-se de sociedade civil, o ato constitutivo deverá estar inscrito no órgão de classe e acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 3) Cédula de identidade, no caso de firma individual.
- 4) Documentos para habilitação jurídica, serão dispensados se já apresentados em qualquer fase anterior na licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Omissões, estas deverão ser comunicadas à Comissão Especial de Licitação, imediata e formalmente, no prazo estabelecido para questionamentos no Edital. Deste modo, os licitantes não poderão alegar posteriormente desconhecimento de fatos, erros ou omissões como fundamento para solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.3 Na prova de inscrição, não será aceito o Documento de Arrecadação.

7.3.4 Prova de regularidade com a fazenda federal, constando de:

7.3.5 **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais;** e

7.3.6 **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, constando de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais, da sede da empresa licitante ou, se for o caso, certidão de não contribuinte.

7.3.7 **Prova de regularidade com a fazenda municipal**, constando de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais, da sede da empresa licitante ou, se for o caso, certidão de não contribuinte.

7.3.8 **Certidão de Regularidade Fiscal (CRF)** junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

7.3.9 **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, a Justiça do Trabalho e demais normativos vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será aceita a Certidão Unificada que comprove a Regularidade referente aos tributos Previdenciários e quanto aos Tribunais Federais, conforme previsto na Portaria MF 358, de 5/9/2014, observados todos os critérios que envolvem essa alteração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual, municipal, sejam POSITIVAS, o Sesc/TO se reserva o direito de só aceitá-las se elas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omisso em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão.

PARÁGRAFO QUARTO: Sob pena de inabilitação, os documentos acima referenciados deverão estar em nome da licitante e conter o mesmo número do CNPJ, que deverá corresponder ao CNPJ constante da proposta da licitante. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão dispensados documentos apresentados em qualquer fase anterior.

7.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1 - A empresa licitante deverá apresentar:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

9.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.6.1 - Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) **Declaração de que a licitante possui Certificado de Operador Aéreo – COA**, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, vigente, que a habilite à prestação de serviços de **transporte aéreo público não regular de passageiros (Táxi Aéreo – TPX)**;
- b) **Declaração de que a licitante possui disponibilidade operacional de aeronave compatível com o objeto**, do tipo **jato executivo de porte médio, modelo Cessna Citation Excel ou equivalente técnico superior**, com capacidade mínima para **07 (sete) passageiros**, apta à execução dos serviços de transporte aéreo não regular de passageiros (Táxi Aéreo – TPX), bem como de **aeronave reserva (backup) ou mecanismo operacional equivalente**, que assegure a continuidade integral da prestação dos serviços em caso de indisponibilidade, manutenção ou qualquer impedimento técnico-operacional da aeronave principal, sem prejuízo dos níveis de serviço estabelecidos neste Edital;
- c) **Declaração de que a licitante que a aeronave ofertada possui Certificado de Aeronavegabilidade válido**, expedido pela ANAC;
- d) **Declaração de que a licitante de que a aeronave atenderá integralmente às exigências de manutenção**, segurança operacional e inspeções previstas pela ANAC e pelo fabricante;
- e) **Declaração de que a licitante possui seguro obrigatório de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo – RETA**, vigente, compatível com operações de transporte de passageiros;
- f) **Declaração de que a licitante possui tripulação devidamente habilitada e em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC**, incluindo pilotos com licenças, habilitações e certificações válidas para operação do tipo de aeronave ofertada, **bem como de que executará os serviços em estrita observância às normas da ANAC**, especialmente aquelas relativas à segurança operacional, planejamento de voo, manutenção aeronáutica e transporte de passageiros, comprometendo-se ao cumprimento integral da regulamentação aplicável durante toda a vigência contratual;
- g) **Declaração de que a licitante possui experiência na prestação de serviços de táxi aéreo (TPX)**, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, compatíveis com o objeto desta contratação;

- h) **Declaração de que a licitante possui tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório**, das condições necessárias para participação no certame e de Inexistência de Fatos Impeditivos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa licitante deverá observar que as exigências deste instrumento não se sobrepõem, em nenhuma hipótese, à legislação e à regulamentação dos órgãos aeronáuticos competentes, devendo cumprir integralmente as normas aplicáveis à atividade. órgãos aeronáuticos competentes, cabendo ao operador aéreo certificado cumprir e fazer cumprir integralmente todas as determinações legais e normativas aplicáveis à atividade certificada.

10 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 10.1-** Deverá ater-se a este edital e seus anexos.
- 10.2** Apresentar-se em 01 (uma) via, em papel timbrado, digitada ou datilografada, redigida de forma clara, especificando o objeto da licitação, não podendo conter rasuras, borrões, entrelinhas, ressalvas ou emendas, devem do estar assinada pelo representante legal do licitante na última folha e rubricada nas demais, sendo todas as folhas numeradas sequencialmente.
- 10.3 A proposta comercial deverá ser elaborada em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I) e, obrigatoriamente:**
- a. Razão Social completa da licitante e CNPJ, os quais serão os mesmos constantes da documentação e da Nota Fiscal/Fatura a ser emitida, caso venha sagrar-se vencedora do certame;
 - b. O prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos; e
 - c. Apresentar o preço conforme **Anexo III – Modelo de Proposta**, em moeda corrente nacional, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, fretes, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições de fornecimento que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.
- 10.4** As folhas devem ser numeradas utilizando-se a seguinte grafia: número da folha / quantidade total de folhas. A grafia citada visa indicar, com precisão, a quantidade total de folhas e a numeração de cada folha em relação a esse total. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, teríamos a seguinte numeração: 1/20, 2/20, 3/20... 20/20.
- 10.5** Caso a proposta não esteja numerada o representante da empresa poderá fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope.
- 10.6** Caso a proposta não esteja numerada e se o representante da empresa não estiver presente, fica autorizado pelo presidente da comissão de licitação um membro da CPL, a fazê-lo durante a reunião de abertura do respectivo envelope

11 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 11.1 - O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço global**, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar o menor valor total para a execução integral

do objeto, desde que atendidas todas as condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

12 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO (FRETAMENTO AÉREO)

12.1 O objeto desta licitação consiste na prestação de serviço de fretamento aéreo executivo (jato), em voo não regular de passageiros, compreendendo **um trecho de ida e um trecho de retorno**, conforme itinerário abaixo:

- I. **Ida:** Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro/RJ) → Palmas/TO, com data prevista para **12/09**;
- II. **Volta:** Palmas/TO → Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro/RJ), com data prevista para **13/09**.

12.2 A execução do serviço será realizada mediante solicitação da CONTRATANTE por meio de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, contendo as informações operacionais necessárias, sendo de responsabilidade da licitante vencedora a disponibilização de aeronave executiva em plena condição de aeronavegabilidade, com tripulação devidamente habilitada, certificações válidas emitidas pela ANAC, seguro obrigatório (RETA) vigente e observância integral das normas técnicas, operacionais e de segurança aplicáveis.

12.3 O serviço será considerado executado após a realização integral de cada trecho contratado e o aceite pela CONTRATANTE, mediante apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada de documentação comprobatória da execução, incluindo relatório de voo, manifesto de passageiros e demais registros operacionais pertinentes.

12.4 O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis após o aceite definitivo do serviço, por meio de depósito em conta corrente do fornecedor ou via boleto bancário, sendo vedada a antecipação de valores, bem como a cessão ou negociação de créditos com instituições financeiras.

12.5 O valor ofertado deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, à disponibilização da aeronave, tripulação, combustível, taxas aeroportuárias, seguros obrigatórios, manutenção, encargos operacionais e demais despesas correlatas, não sendo admitidos acréscimos posteriores.

12.6 Em caso de inconsistência na nota fiscal ou na documentação apresentada, o prazo de pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

12.7 A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e operação exigidas no edital, bem como garantir a disponibilidade da aeronave conforme programação definida pela CONTRATANTE, observadas as condições operacionais, meteorológicas e de segurança aplicáveis.

13 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

13.1 Todos os documentos deverão estar numerados utilizando-se a seguinte grafia: número da folha / quantidade total de folhas. A grafia citada visa indicar, com precisão, a quantidade total de folhas e a numeração de cada folha em relação a esse total. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, teríamos a seguinte numeração: 1/20, 2/20, 3/20... 20/20.

13.2 Caso a documentação não esteja numerada o representante da empresa poderá fazê-lo durante a reunião de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

13.3 Caso a documentação não esteja numerada e se o representante da empresa não estiver presente, fica autorizado pela presidente da comissão de licitação um membro da CPL, a fazê-lo durante a reunião de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

13.4 A documentação poderá ser apresentada em fotocópias, se julgar necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar aos licitantes a apresentação dos documentos originais para fins de confrontação com as fotocópias apresentadas.

13.5 Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, que conferirá a sua autenticidade.

13.6 Sendo ou não contribuinte, o licitante fica obrigatório a apresentar as certidões de regularidade expedidas pelas Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

13.7 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com o número do CNPJ/MF e endereço respectivo. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

14 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 O prazo de execução do objeto restringe-se à realização do serviço de fretamento aéreo executivo, compreendendo os trechos de ida e retorno vinculados ao evento da CONTRATANTE, previsto para os dias 12/09 (ida) e 13/09 (retorno).

14.2 O contrato terá vigência de **120 (cento e vinte) dias, contados da data da última assinatura**, limitada à execução do objeto, ao recebimento definitivo e ao adimplemento das obrigações contratuais.

15 DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Concluída as análises da documentação e observados os recursos porventura interpostos na forma da resolução 1.593/2024, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do Sesc/TO, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação da respectiva licitação.

15.2 A autoridade superior do Sesc/TO poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do Sesc/TO, exercer o direito potestativo de cancelar a licitação a qualquer momento, sem que isto gere aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.

15.3 Sendo homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para coleta e assinatura do contrato, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da convocação.

16 PENALIDADES

16.1 A recusa em assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da convocação, dará ao Sesc/TO o direito de suspender o licitante em até 3 (três) anos, do direito de licitar e contratar com o Sesc, e bem como perda da garantia da proposta e homologar esta licitação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

16.2 O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao Sesc/TO o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste edital ou no contrato, inclusive a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc/TO, por prazo não superior a 3 (três) anos.

16.3 A critério do Sesc/TO, as sanções poderão ser cumulativas com as previstas no contrato.

16.4 O prazo de convocação referido no subitem 16.1 poderá ser prorrogado quando solicitado durante seu transcurso pela parte, e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Sesc/TO.

16.5 Todos os casos omissos serão julgados pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com as disposições existentes com base no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc sobre o assunto, sendo que o resultado será informado a todos os interessados, e passará a ser parte integrante do procedimento licitatório.

17 DOS RECURSOS

17.1 Da decisão da Comissão de Licitação relativa ao julgamento desta licitação caberá recurso fundamentado, dirigido ao Sr. Diretor Jurídico da Administração Regional do Sesc/TO, por escrito e protocolado original, por meio da Comissão de Licitação, no prazo **de 2 (dois) dias úteis¹**, a contar da publicação do resultado.

18 DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

18.1 Os recursos serão interpostos por escrito, assinado pelo representante legal da empresa e entregue para a Comissão Permanente de Licitação do Sesc/TO, registrando a data de sua entrega mediante protocolo ou encaminhado via e-mail no endereço eletrônico: licitacoes@sescto.com.br.

18.2 Os recursos terão efeito suspensivo e os interpostos intempestivo não serão conhecidos, operando-se a respeito à preclusão;

18.3 A reconsideração da decisão somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.4 Não caberá recurso da decisão da autoridade competente que é a última instância de julgamento da Entidade;

18.5 Interposto recurso, abrir-se-á vista aos LICITANTES, no Sesc/TO, pelo prazo comum de 2 (dois) dias úteis, para impugnação, contados a partir da publicação da sua interposição;

18.6 Havendo contrarrazão ou não ao recurso interposto, a Comissão Especial de Licitação poderá realizar instrução complementar, submetendo à decisão final da Autoridade Competente, cujo resultado será comunicado por correspondência, via o site <https://www.sescto.com.br/licitacao>;

18.7 Os Recursos e Contrarrazões de Recursos deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, que deverá receber e realizar as instruções complementares que entender necessárias e encaminhar para a decisão da Autoridade Competente;

¹ Resolução Sesc/DN nº 1.593/2024.

Art. 30. Caberá recurso da decisão da declaração de licitante vencedor no prazo de dois dias úteis, com efeito suspensivo.

18.8 É facultado aos LICITANTES formularem questionamentos ou protestos, por escrito, devidamente registrados nas atas dos trabalhos, relativos ao(s) outro(s) LICITANTE(S) ou ao transcurso da Licitação, entretanto, qualquer conduta caracterizada como prejudicial ao Processo Licitatório poderá ser considerada como incurso no **preceito do artigo 335², do Código Penal.**

18.9 Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia final, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente no Sesc/TO.

19 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1 A Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em vigor em todo território nacional, tem como principal objetivo garantir a transparência e regulamentação no tratamento dos dados pessoais.

19.2 Comunicamos que o Sesc/DN, bem como, seus clientes, fornecedores e demais parceiros devem se adequar à LGPD, seguindo as devidas premissas para atingir o compliance de forma segura e sustentável.

19.3 O Sesc/DN reforça seu compromisso com a transformação digital, nos termos da Legislação vigente, bem como seu apoio irrestrito e incondicional ao direito, privacidade e proteção dos dados pessoais dos titulares, aliados a transparência, segurança e regulamentação no tratamento dos dados pessoais.

20 DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 As decisões relativas a esta licitação serão comunicadas através do sítio eletrônico oficial <https://www.sescto.com.br/licitacao> e nos e-mails.

20.2 Em suas propostas comerciais os licitantes deverão considerar que o pagamento será creditado em conta bancária indicada pelo contratado, em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação da fatura e aceite definitivo da prestação dos serviços, inadmitindo-se antecipações de qualquer natureza e negociação de títulos com instituições financeiras.

20.3 A Comissão de Licitação poderá, no interesse do Sesc/TO em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura do certame e possa ser sanada em prazo fixado por ela. Poderá também pesquisar via Internet, quando possível, para verificar a regularidade da licitante / validade de documentos, podendo ser emitido documento equivalente ao apresentado com número diferente. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de classificação da proposta ou habilitação.

20.4 Não serão levadas em consideração documentos e propostas que não estiverem de acordo com as condições deste edital e seus anexos quer por omissão, quer por discordância, e o Sesc/TO se reserva o direito de rejeitá-las e cancelar a presente licitação, a qualquer momento, no todo ou parcialmente, antes da formalização do contrato junto ao licitante vencedor.

² CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

20.5 A comissão de licitação poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, abrir diligência³ e solicitar aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá implicar desclassificação e/ou inabilitação do licitante.

20.6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação, só poderão serem retirados após a assinatura da ata e os que não forem retirados, serão destruídos após 15 (quinze) dias da assinatura.

20.7 O licitante contratado e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc/TO e/ou terceiros em decorrência da prestação indevida dos serviços objeto da licitação.

20.8 Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do Sesc/TO.

20.9 Quando não for possível realizar o ato do recebimento do envelope desta licitação, a comissão de licitação marcará nova data e hora a ser divulgada conforme previsto no subitem 22.1.

20.10 A comissão de licitação a qualquer tempo, antes da data da apresentação das propostas, poderá proceder alterações concernentes a esta licitação, postando no sítio eletrônico oficial <https://www.sescto.com.br/licitacao> no link licitações, correspondente adendo, disponibilizando assim aos interessados, sendo facultado à CPL, se for o caso, adiar a data do recebimento da documentação.

20.11 A participação nesta licitação implica total e irrestrita concordância com todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

20.12 Os procedimentos licitatórios não têm natureza jurídica de propostas de contratação, de forma que instrumentos convocatórios deverão assegurar à Sesc/TO o direito potestativo de cancelar a licitação a qualquer momento, sem que isto gere aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes. Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa o qual, na incidência, obriga o licitante a comunicar ao Sesc/TO quando ocorrido durante o certame.

20.13 A qualquer momento o Sesc/TO poderá desclassificar o licitante sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação ou propostas.

20.14 O licitante que apresentar proposta estará vinculada a ela, e se responsabilizará pela prestação dos serviços nas condições oferecidas.

³Resolução 1.593/2024

Art. 29. É facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

Parágrafo único. Nos casos de erros formais ou vícios sanáveis, é obrigatória a realização da diligência prevista no caput.

20.15 O licitante que não informar na proposta prazo para a prestação dos serviços, validade, forma de pagamento e garantia. Fica estabelecida às condições solicitada no instrumento convocatório.

20.16 A formalização do contrato poderá ser realizada por meio de instrumento contratual apresentado pela empresa contratada, desde que previamente submetido à análise e aprovação do Sesc/TO, devendo conter todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, podendo ser utilizado como base o modelo contratual da própria contratada.


20.17 Os anexos do instrumento convocatório desta licitação estão sendo fornecidos aos licitantes (via **sítio eletrônico oficial** <https://www.sescto.com.br/licitacao>) a fim de facilitar o manuseio e interpretação, mas para fins de esclarecimento de dúvidas, serão considerados os anexos impressos que constituem o instrumento convocatório original e que se encontram à disposição dos interessados, para consultas, na Quadra 301 Norte, Avenida Teotônio Segurado, Conj. 01, Lt 19 – Palmas/TO CEP:77001-226.

20.18 Município de Palmas/TO é o domicílio e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e a procedimentos dela resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.19 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** - Termo de Referência;
- b) **Anexo II** - Modelo de Credenciamento;
- c) **Anexo III** - Modelo de Declaração De Posse De Coa (Anac);
- d) **Anexo IV** - Modelo de Declaração De Disponibilidade Operacional De Aeronave e Aeronave Reserva (Backup);
- e) **Anexo V** - Modelo de Declaração De Aeronavegabilidade;
- f) **Anexo VI** - Modelo de Declaração De Manutenção E Segurança Operacional;
- g) **Anexo VII** - Modelo de Declaração De Seguro Reta;
- h) **Anexo VIII** - Modelo de Declaração De Tripulação Habilitada e Conformidade com as Normas Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- i) **Anexo IX** – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
- j) **Anexo X** – Modelo da Declaração de conhecimento e inexistência de impeditivos;
- k) **Anexo XI** – Modelo Declaração de não Empregabilidade de Trabalho Do Menor
- l) **Anexo XII** – Modelo da Proposta Comercial; e
- m) **Anexo XIII** - Minuta de Contrato.

Palmas/TO, 23 de junho de 2026.

Assinado eletronicamente por:
Adilio Rodrigues Ribeiro
CPF: ***.529.771-**
Data: 23/06/2026 08:43:25 -03:00 
ADILIO RODRIGUES RIBEIRO
Presidente da CPL

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO
MENOR PREÇO.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Disponível no Sítio Eletrônico Oficial: <https://www.sescto.com.br/Licitacao>

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO
MENOR PREÇO.

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A **[Razão Social da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à [endereço completo], por meio de seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, credenciar o(a) Sr(a). **[Nome Completo do Representante]**, portador(a) do RG nº [número do RG] e CPF nº [número do CPF], para representá-la junto a essa Comissão de Licitação, conferindo-lhe poderes para praticar todos os atos necessários à participação no processo licitatório em referência, inclusive assinar documentos, interpor recursos, renunciar ao direito de interposição de recursos, apresentar propostas, entre outros atos pertinentes.

Por ser verdade, firmamos a presente.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

OBSERVAÇÕES:

- a) Todas as declarações deverão ser preenchidas em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.
- b) Este documento de credenciamento poderá ser substituído por Procuração Pública com poderes específicos para participação em licitações.
- c) Deverá ser juntado o documento que comprove o poder de delegação do outorgante.

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE POSSE DE COA (ANAC)

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para fins de habilitação técnica, **que possui Certificado de Operador Aéreo – COA, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, válido e compatível com a operação de transporte aéreo público não regular de passageiros (Táxi Aéreo – TPX).**

Declara ainda que manterá todas as certificações e autorizações regulatórias vigentes durante toda a execução contratual.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE AERONAVE DISPONÍVEL OPERACIONAL DE AERONAVE E AERONAVE RESERVA (BACKUP)

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para fins de habilitação técnica no processo licitatório, que possui disponibilidade operacional de aeronave(s) compatível(is) com o objeto do certame, sendo do tipo **jato executivo de porte médio, modelo Cessna Citation Excel ou equivalente técnico superior**, com capacidade mínima para **07 (sete) passageiros**, apta(s) à execução dos serviços de transporte aéreo não regular de passageiros (Táxi Aéreo – TPX).

Declara ainda que assegura a disponibilidade de **aeronave reserva (backup) ou mecanismo operacional equivalente**, capaz de garantir a continuidade integral da prestação dos serviços em caso de indisponibilidade, manutenção ou qualquer impedimento técnico-operacional da aeronave principal, sem prejuízo dos níveis de serviço estabelecidos no Edital.

Declara, por fim, que todas as aeronaves utilizadas na execução contratual estarão devidamente certificadas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em condições regulares de aeronavegabilidade e operação.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO V

MODELO DE AERONAVEGABILIDADE VÁLIDO

À
Comissão de Licitação
Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins
Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____,
declara que a aeronave ofertada possui Certificado de Aeronavegabilidade válido, emitido pela
Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estando apta à operação de transporte aéreo de
passageiros.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

À
Comissão de Licitação
Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins
Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____,
declara que a aeronave ofertada será mantida em conformidade com os programas de
manutenção aprovados pela ANAC e pelo fabricante, garantindo integral segurança operacional
durante toda a execução contratual.

Declara ainda que observará todas as normas de segurança aplicáveis à aviação civil.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]
Cargo: [Cargo do Representante]
CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SEGURO RETA

À
Comissão de Licitação
Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins
Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que a aeronave destinada à execução do objeto possui Seguro de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) válido e compatível com operações de transporte de passageiros.

Declara ainda que manterá a apólice vigente durante toda a execução contratual.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]
Cargo: [Cargo do Representante]
CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRIPULAÇÃO HABILITADA E CONFORMIDADE COM NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para fins de habilitação técnica no processo licitatório, que possui tripulação devidamente habilitada e em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, incluindo pilotos com licenças, habilitações e certificados de capacitação válidos para operação do tipo de aeronave ofertada, conforme regulamentação vigente.

Declara, ainda, que a execução dos serviços objeto desta contratação será realizada em estrita conformidade com as normas da ANAC, especialmente aquelas relacionadas à segurança operacional, planejamento de voo, manutenção aeronáutica e transporte de passageiros, comprometendo-se a observar integralmente os regulamentos aplicáveis durante toda a vigência contratual.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO IX

MODELO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

À
Comissão de Licitação
Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins
Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

(emitido por terceiros — não pela licitante)

Atestamos, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, prestou serviços de transporte aéreo não regular de passageiros (Táxi Aéreo – TPX), atendendo satisfatoriamente às condições contratadas, no período de _____ a _____.

Declaramos que os serviços foram executados com qualidade, regularidade e observância às normas aplicáveis.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa da empresa emitente]
Cargo: [Cargo do Representante da empresa emitente]
CPF: [Número do CPF da empresa emitente]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO X

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A **[Razão Social da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que:

- a) Tomou ciência de todas as condições e exigências constantes no instrumento convocatório, incluindo o Edital e seus Anexos, referentes ao processo licitatório nº **[número do processo]**.
- b) A empresa compromete-se a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital, ciente das obrigações que lhe cabem em caso de ser declarada vencedora do certame.
- c) Declara, ainda, que teve acesso ao conteúdo completo do Edital e seus Anexos, não restando dúvidas quanto às exigências e condições para a participação no processo licitatório.
- d) Declara, também, que não existem fatos impeditivos que a desqualifiquem ou impossibilitem de participar do presente processo licitatório, comprometendo-se a informar à Comissão de Licitação qualquer ocorrência que venha a surgir e que possa comprometer sua habilitação ou execução do contrato, caso seja declarada vencedora.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE TRABALHO DO MENOR

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A **[Razão Social da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[número do CNPJ]**, com sede à [endereço completo], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no Artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salve na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00001-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO XII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

Comissão de Licitação

Sesc - Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Tocantins

Referência: Concorrência N.º 00002-26-CC

A empresa [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [XXXXXXX], com sede em [endereço completo], apresenta sua proposta comercial para execução dos serviços abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TRECHO	PERÍODO	QUANTIDADE
1	Serviço de fretamento aéreo com disponibilização de aeronave a jato executiva de porte médio, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros - modelo Cessna Citation Excel, incluindo 02 (dois) pilotos devidamente habilitados e certificados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro aeronáutico obrigatório (RETA), taxas aeroportuárias, despesas operacionais, tripulação, encargos trabalhistas, hospedagem, alimentação, deslocamentos e demais custos necessários à perfeita execução dos serviços. Os horários de pouso e decolagem deverão ocorrer conforme programação operacional previamente definida pela contratante e disponibilidade aeroportuária (SLOT), podendo sofrer alterações em razão de condições meteorológicas, operacionais ou determinações das autoridades aeronáuticas. A aeronave disponibilizada deverá possuir autonomia, capacidade de carga e configuração compatíveis com o transporte simultâneo de 07 (sete) passageiros, além de suas respectivas bagagens, observados os limites operacionais e de segurança estabelecidos pela regulamentação aeronáutica vigente.	Santos Dumont Airport / Rio de Janeiro → Palmas (ida), dia 12/09; e Palmas → Santos Dumont Airport / Rio de Janeiro (volta), dia 13/09.	12/09/2026 a 13/09/2026	01 Serviço

DECLARAÇÕES DA PROPOSTA

A Licitante declara que:

a) O serviço ofertado atende integralmente às exigências da ANAC e demais normas aplicáveis à aviação civil;

- b) A aeronave disponibilizada possui todas as certificações e autorizações necessárias para operação comercial;
- c) A tripulação é devidamente habilitada e em conformidade com a legislação vigente;
- d) Estão incluídos no preço todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- e) A empresa licitante garante que assegurará a chegada dos passageiros em Palmas/TO no dia 12 de setembro de 2026, em horário compreendido entre 10h e 13h, de modo a viabilizar o pleno atendimento da programação institucional do evento “Celebra 80 Anos”. Para o retorno, deverá disponibilizar a aeronave para embarque em horário compreendido entre 9h e 12h, conforme cronograma previamente definido pelo CONTRATANTE. E, que, eventuais alterações de horários somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, devendo ser assegurada, em qualquer hipótese, a continuidade e a compatibilidade com as atividades programadas, sem prejuízo à execução do objeto contratual; e
- f) A proposta possui validade de [xxxxx] dias.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A licitante, para fins de formalização contratual, informa os seguintes dados:

ITEM

INFORMAÇÃO

Razão Social

CNPJ

Nome do Representante Legal

CPF

Cargo/Função

E-mail

Telefone/WhatsApp

Endereço Completo

[Cidade/UF], ____ de _____ de 2026.

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo: [Cargo do Representante]

CPF: [Número do CPF]

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00002-26-CC NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MENOR PREÇO.

ANEXO XIII

MINUTA DO CONTRATO

Disponível no Sítio Eletrônico Oficial: <https://www.sescto.com.br/Licitacao>



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: EAV4Q-3X3VJ-Y7H2F-YKA7U

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Adilio Rodrigues Ribeiro (CPF ***.529.771-**) em 23/06/2026 08:43 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.234.139.18	Lat: -10,166158 Long: -48,329473
	Precisão: 71 (metros)
Autenticação	adilio@sesco.com.br (Verificado)
Login	
w7oDAEYvMXCGofEajfaNF8u7lqZdM1dk3zpKXdqVctE=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assina.sesco.com.br/validate/EAV4Q-3X3VJ-Y7H2F-YKA7U>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assina.sesco.com.br/validate>